

EBTE - Empresa
Brasileira de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias**

31 de dezembro de 2017

Com relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	9.080	6.006
Concessionárias e Permissionárias	4	4.907	4.660
Serviços em Curso		746	450
Tributos Compensáveis		1.925	1.471
Investimentos Temporários	6.2	6.546	6.645
Despesas Pagas Antecipadamente		8	-
Outros Ativos Circulantes		7.806	5.902
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	366	363
Depósitos Judiciais e Cauções		140	194
Outros Ativos Não Circulantes		657	723
Imobilizado	5.1	358.525	367.593
Intangível	5.2	7.271	7.225
Total do Ativo		<u>397.977</u>	<u>401.232</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		12.570	11.518
Empréstimos e Financiamentos	6.1	14.486	14.409
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.021	829
Tributos		3.106	2.013
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		7.115	6.642
Encargos Setoriais		1.845	1.534
Outros Passivos Circulantes		5.517	6.039
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Empréstimos e Financiamentos	6.1	75.030	88.306
Outros Passivos Não Circulantes		771	1.847
Total do Passivo		<u>121.461</u>	<u>133.137</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	270.209	267.277
Reservas de Lucros	7.2	6.307	818
Total do Patrimônio Líquido		<u>276.516</u>	<u>268.095</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>397.977</u>	<u>401.232</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	50.596	47.352
(-) Parcela Variável	8	(128)	(1.477)
Tributos			
PIS-PASEP		(836)	(740)
Cofins		(3.836)	(3.410)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(440)	(392)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.312)	(1.167)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(202)	(179)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		43.842	39.987
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		43.842	39.987
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(3.166)	(2.710)
Material		(382)	(328)
Serviços de Terceiros		(2.002)	(1.963)
Arrendamento e Aluguéis		(507)	(530)
Seguros		(54)	(51)
Doações, Contribuições e Subvenções		(23)	(23)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(1)	(21)
Tributos		(35)	(37)
Depreciação e Amortização		(13.038)	(13.010)
Outras Receitas Operacionais		9	-
Resultado da Atividade		24.643	21.314
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(8.864)	(10.643)
Receitas Financeiras		1.422	1.669
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		17.201	12.340
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.665)	(1.496)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		15.536	10.844
Resultado Líquido do Exercício		15.536	10.844
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		15.536	10.844
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059	0,041223
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059	0,041223
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059	0,041223
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059	0,041223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do Exercício	15.536	10.844
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>15.536</u>	<u>10.844</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	15.536	10.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	263.058	836	-	263.894
Aumento de Capital Social	4.219	(4.219)	-	-
Incentivos Fiscais	-	2.932	(2.932)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	10.844	10.844
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.398	(1.398)	-
Dividendos	-	-	(6.643)	(6.643)
Reserva para Investimentos	-	(129)	129	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	267.277	818	-	268.095
Aumento de Capital Social	2.932	(2.932)	-	-
Incentivos Fiscais	-	4.595	(4.595)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	15.536	15.536
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.498	(1.498)	-
Dividendos	-	-	(7.115)	(7.115)
Reserva para Investimentos	-	2.328	(2.328)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	270.209	6.307	-	276.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		15.536	10.844
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		28	27
Depreciação		13.010	12.983
Imposto de Renda e Contribuição Social		1.665	1.496
Juros e Variações Monetárias		8.747	10.434
Outros		(525)	(56)
		38.461	35.728
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		(250)	(1.340)
Depósitos Vinculados a Litígios		54	-
Imposto de Renda e Contribuição Social		(355)	466
Tributos Compensáveis		(14)	213
Outros		(2.142)	(848)
		(2.707)	(1.509)
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		307	152
Fornecedores Setoriais		1.052	(603)
Salários e Encargos Sociais		192	85
Tributos e Contribuição Social		174	(728)
Outros		(981)	(1.617)
		744	(2.711)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		(7.784)	(8.765)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(746)	(1.496)
		27.968	21.247
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos		641	765
Imobilizado	5.1	(4.617)	(1.876)
Intangível	5.2	(151)	(183)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		(12)	(120)
		(4.139)	(1.414)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(14.113)	(13.970)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(6.642)	(8.653)
		(20.755)	(22.623)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		3.074	(2.790)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		6.006	8.796
No fim do exercício		9.080	6.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EBTE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou

nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2020, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA						
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.907	-	21	78	47	220	5.273	5.023
TOTAL	4.907	-	21	78	47	220	5.273	5.023

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	437.068	-	(269)	754	-	437.553	485	(85.325)	352.228	364.490
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4.404	-	-	-	-	4.404	-	(998)	3.406	3.552
Máquinas e Equipamentos	431.801	-	(89)	384	-	432.096	295	(83.852)	348.244	360.586
Veículos	673	-	(180)	370	-	863	190	(393)	470	232
Móveis e Utensílios	190	-	-	-	-	190	-	(82)	108	120
Administração	59	-	-	-	-	59	-	(59)	-	7
Máquinas e Equipamentos	59	-	-	-	-	59	-	(59)	-	7
Subtotal	437.127	-	(269)	754	-	437.612	485	(85.384)	352.228	364.497
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	3.024	4.616	-	(754)	(662)	6.224	3.862	-	6.224	3.024
Máquinas e Equipamentos	(1.338)	228	-	-	1.170	60	228	-	60	(1.338)
Outros	4.362	4.388	-	(754)	(1.832)	6.164	3.634	-	6.164	4.362
Administração	72	1	-	-	-	73	1	-	73	72
Máquinas e Equipamentos	15	-	-	-	-	15	-	-	15	15
Outros	57	1	-	-	-	58	1	-	58	57
Subtotal	3.096	4.617	-	(754)	(662)	6.297	3.863	-	6.297	3.096
Total do Ativo Imobilizado	440.223	4.617	(269)	-	(662)	443.909	4.348	(85.384)	358.525	367.593

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	6.922	-	354	-	7.276	354	(76)	7.200	6.918
Servidões	6.918	-	-	-	6.918	-	-	6.918	6.918
Softwares	4	-	61	-	65	61	(17)	48	-
Outros	-	-	293	-	293	293	(59)	234	-
Administração	134	-	5	(1)	138	5	(94)	44	67
Softwares	65	-	5	(1)	69	5	(39)	30	39
Outros	69	-	-	-	69	-	(55)	14	28
Subtotal	7.056	-	359	(1)	7.414	359	(170)	7.244	6.985
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	232	151	(354)	(5)	24	(203)	-	24	232
Servidões	25	-	-	(25)	-	-	-	-	25
Softwares	44	24	-	(44)	24	24	-	24	44
Outros	163	127	(354)	64	-	(227)	-	-	163
Administração	8	-	(5)	-	3	(5)	-	3	8
Outros	8	-	(5)	-	3	(5)	-	3	8
Subtotal	240	151	(359)	(5)	27	(208)	-	27	240
Total do Ativo Intangível	7.296	151	-	(6)	7.441	151	(170)	7.271	7.225

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,92%	437.553	(85.325)	352.228	364.490
Custo Histórico	2,92%	437.553	(85.325)	352.228	364.490
Administração	18,46%	59	(59)	-	7
Custo Histórico	18,46%	59	(59)	-	7
		437.612	(85.384)	352.228	364.497
Em curso					
Transmissão	-	6.224	-	6.224	3.024
Administração	-	73	-	73	72
		6.297	-	6.297	3.096
		443.909	(85.384)	358.525	367.593

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	228	228
Móveis e Utensílios	13	13
A Ratear	2.162	2.162
Material em Depósito	1.766	1.766
Depósitos Judiciais	45	45
Outros	403	403
Total das Adições	4.617	4.617

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando

destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. BENFEITORIA EM ESCRITORIO ADMINISTRATIVO CAMPOS NOVO DO PARECIS	294
2. TOYOTA HILUX CAMIONETE ABERTA - PLACA: QCP4704	123
3. TOYOTA HILUX CAMIONETE ABERTA - PLACA: QCP4724	123
4. TOYOTA HILUX CAMIONETE ABERTA - PLACA: QCP4744	123
5. BANCO DE BATERIAS Nº 1 e 2 - 1 CJ BATERIA VRLA CAPAC 500AH COMP/ 60 ELEMEN 2V FNC 24000-C + EST + INTER - SE BRASNORTE	106
6. BANCO DE BATERIAS Nº 1 e 2 - 1 CJ BATERIA 60 ELEMENTOS 2V 250AH FNC 22500-C -SE JUÍNA	106
7. BANCO DE OPT ELETRÔNICOS E BATERIAS LTDA - SUBSTITUIÇÃO	106
8. BANCO DE BATERIAS Nº 1 E 2 - SE NOVA MUTUM	67
9. BANCO DE OPT ELETRÔNICOS E BATERIAS LTDA - SUBSTITUIÇÃO	61
10. SOFTWARE IN FORMA	4

5.7 As principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. VEÍCULO MITSUBISHI L-200 4X4 PLACA OAT-5540, KM 1.000 2011/2012	89
2. VEÍCULO MITSUBISHI L-200 4X4 PLACA OAT-4490, KM 1.200 2011/2012	89
3. CONJUNTOS DE BATERIAS - SE NOVA MUTUM	40
4. CONJUNTOS DE BATERIAS - SE JUINA	20
5. CONJUNTOS DE BATERIAS - SE BRASNORTE	20
6. CONJUNTOS DE BATERIAS - SE PARECIS	11

6 Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	317	14.169	75.030	89.516												14.205	11.723	11.892	12.062	12.156	12.992	75.030
2.1	BNDES - Subcrédito A	306	11.280	72.382	83.968	Sim	dez-09	Não há	TJLP	2,56%	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/05/25	Mensal	SAC	11.557	11.723	11.892	12.062	12.156	12.992	72.382
2.2	BNDES (FINAME) - Subcrédito B	11	2.889	2.648	5.548	Sim	dez-09	Não há	Outros	4,50%	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/11/19	Mensal	SAC	2.648	-	-	-	-	-	2.648
8	Total por Dívida	317	14.169	75.030	89.516												14.205	11.723	11.892	12.062	12.156	12.992	75.030
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	317	14.169	75.030	89.516												14.205	11.723	11.892	12.062	12.156	12.992	75.030

Os contratos com o BNDES da Companhia exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2017, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	15.626	15.626
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	15.626	15.626
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	21	21
9.1.2	Aplic. Financ. Fundos DI	15.605	15.605

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
11	(+) Dívida Bruta	317	14.169	75.030	89.516	102.715
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	317	14.169	75.030	89.516	102.715
12	(-) Ativos Financeiros	-	(15.626)	-	(15.626)	(12.651)
12.1	Alta Liquidez	-	(15.626)	-	(15.626)	(12.651)
13	(+) Dívida Líquida I	317	(1.457)	75.030	73.890	90.064
15	(+) Dívida Líquida II	317	(1.457)	75.030	73.890	90.064

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 270.209, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.160	51,00	134.160	51,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	128.899	49,00	128.899	49,00
	263.058	100,00	263.058	100,00

7.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	10.270	8.773
Reserva especial para incentivos fiscais	4.595	2.932
Outras	(8.558)	(10.887)
	6.307	818

- **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.
- **Reserva de incentivo fiscal:** Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. No

exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a EBTE constituiu reserva de incentivo fiscal no valor de R\$ 4.595 (R\$ 2.932 em 2016).

- **Outras:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	50.468	45.875
Total	50.468	45.875

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	3.166	2.710
Remuneração	1.690	1.455
Encargos	580	511
Previdência privada	34	22
Assistência médica	207	160
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	415	350
Outros	240	212
Total	3.166	2.710

10 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.201	12.340
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	5.848	4.196
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais	(4.595)	(2.932)
Despesas e Provisões Indedutíveis	(120)	(130)
Depreciação	(4.433)	(4.423)
Receitas Regulatórias	3.814	4.572
Materiais	(421)	(460)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	1.596	698
Outros	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.665	1.496
Taxa Efetiva	9,68%	12,12%

11 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	9.080	-	9.080	6.006	-	6.006
Concessionárias e Permissionárias	4	4.907	(4.907)	-	4.660	(4.660)	-
Serviços em Curso		746	-	746	450	-	450
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	55.704	55.704	-	52.265	52.265
Tributos Compensáveis		1.925	-	1.925	1.471	-	1.471
Investimentos Temporários		6.546	-	6.546	6.645	-	6.645
Despesas Pagas Antecipadamente		8	-	8	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		7.806	-	7.806	5.902	-	5.902
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	366	(366)	-	363	(363)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		140	-	140	194	-	194
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	527.702	527.702	-	518.194	518.194
Outros Ativos Não Circulantes		657	916	1.573	723	916	1.639
Imobilizado	5.1	358.525	(358.450)	75	367.593	(367.512)	81
Intangível	5.2	7.271	(7.226)	45	7.225	(7.150)	75
Total do Ativo		397.977	213.373	611.350	401.232	191.690	592.922

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		12.570	-	12.570	11.518	-	11.518
Empréstimos e Financiamentos	6.1	14.486	-	14.486	14.409	-	14.409
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.021	-	1.021	829	-	829
Tributos		3.106	-	3.106	2.013	-	2.013
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		7.115	-	7.115	6.642	-	6.642
Encargos Setoriais		1.845	-	1.845	1.534	-	1.534
Outros Passivos Circulantes		5.517	(1.370)	4.147	6.039	(1.772)	4.267
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Empréstimos e Financiamentos	6.1	75.030	-	75.030	88.306	-	88.306
Tributos Diferidos		-	50.896	50.896	-	45.112	45.112
Outros Passivos Não Circulantes		771	(352)	419	1.847	(1.428)	419
Total do Passivo		121.461	49.174	170.635	133.137	41.912	175.049
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	270.209	-	270.209	267.277	-	267.277
Reservas de Lucros	7.2	6.307	164.199	170.506	818	149.778	150.596
Total do Patrimônio Líquido		276.516	164.199	440.715	268.095	149.778	417.873
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		397.977	213.373	611.350	401.232	191.690	592.922

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

Notas	31/12/2017			31/12/2016			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	50.596	(50.596)	-	47.352	(47.352)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	7.643	7.643	-	6.992	6.992
Receita de Implantação de Infraestrutura		-	2.769	2.769	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	51.402	51.402	-	53.807	53.807
(-) Parcela Variável	8	(128)	-	(128)	(1.477)	-	(1.477)
Tributos							
PIS-PASEP		(836)	-	(836)	(740)	-	(740)
Cofins		(3.836)	-	(3.836)	(3.410)	-	(3.410)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(440)	-	(440)	(392)	-	(392)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.312)	-	(1.312)	(1.167)	-	(1.167)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(202)	-	(202)	(179)	-	(179)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		43.842	11.218	55.060	39.987	13.447	53.434
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		43.842	11.218	55.060	39.987	13.447	53.434
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	9	(3.166)	-	(3.166)	(2.710)	-	(2.710)
Material		(382)	(1.239)	(1.621)	(328)	(1.350)	(1.678)
Serviços de Terceiros		(2.002)	-	(2.002)	(1.963)	-	(1.963)
Arrendamento e Aluguéis		(507)	-	(507)	(530)	-	(530)
Seguros		(54)	-	(54)	(51)	-	(51)
Doações, Contribuições e Subvenções		(23)	-	(23)	(23)	-	(23)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(1)	1	-	(21)	21	-
Tributos		(35)	-	(35)	(37)	-	(37)
Depreciação e Amortização		(13.038)	13.003	(35)	(13.010)	12.973	(37)
Outras Receitas Operacionais		9	(9)	-	-	-	-
Custo de Implantação de Infraestrutura		-	(2.769)	(2.769)	-	-	-
Resultado da Atividade		24.643	20.205	44.848	21.314	25.091	46.405
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(8.864)	-	(8.864)	(10.643)	-	(10.643)
Receitas Financeiras		1.422	-	1.422	1.669	-	1.669
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		17.201	20.205	37.406	12.340	25.091	37.431
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(1.665)	(5.784)	(7.449)	(1.496)	(7.968)	(9.464)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		15.536	14.421	29.957	10.844	17.123	27.967
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		15.536	14.421	29.957	10.844	17.123	27.967
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059		0,113880	0,041223		0,106315
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059		0,113880	0,041223		0,106315
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059		0,113880	0,041223		0,106315
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,059059		0,113880	0,041223		0,106315

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura,

passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

12.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

12.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

12.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	440.715	417.873
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(215.095)	(194.890)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	50.896	45.112
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	276.516	268.095

12.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	29.957	27.967
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(20.205)	(25.091)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	5.784	7.968
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	15.536	10.844